

## TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias debates@folha.com.br  
Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião da Folha. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## O acerto de Toffoli

Pagamento foi suspenso, não anulado, sob o natural ponto de vista cauteloso

Marco Aurélio de Carvalho e Giuseppe Giannundo Neto

Advogado especializado em direito público, o coordenador do Grupo Perseguições  
Advogado, é mestre e doutorando em direito da Estado (USP)

Foi enorme o destaque dado pelos jornais à decisão proferida pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, de suspensão das obrigações de pagamento do acordo de leniência da Odebrecht no contexto da finalizada Operação Lava Jato. Manchetes: caça-cliques do tipo "bêrrou geral", "passou a boiada" e "prêmio à corrupção" pulularam pelos veículos de comunicação. Poucos, contudo, deram-se ao trabalho de compreender os seus fundamentos técnicos, assim como a sua coerção em um ambiente de devido processo legal de que devem se valer todos os regimes democráticos. O caso não pode ser examinado a partir de uma foto ou de um recorte. A decisão decorre de um processo que revelou incontáveis abusos e violações à lei e que debuto no país um rastro luminoso de destruição e mistério. Segundo dados do Dieese, o Brasil perdeu R\$ 72,3 bilhões em investimentos entre 2014 e 2017, 4,4 milhões de empregos, detou de arrecadar R\$ 35 bilhões em impostos e setores importantes da indústria nacional foram destruídos (construção civil, engenharia, petróleo e gás e naval).

Muitos foram os denunciantes neste período marcado pela instrumentalização e pela espetacularização da nossa justiça criminal. Foram tentativas a banalização de prisões temporárias e preventivas como forma de pressão psicológica para obter confissões e os inúmeros vazamentos casuísticos e direcionados de informações sigilosas, entre tantas outras graves irregularidades. É preciso, pois, remontar a 2020, quando um dos réus da Lava Jato pede ao STF acesso aos sistemas de informações da Odebrecht e, logo depois, ao material apreendido pela Polícia Federal em poder dos líderes da Operação Spoofing.

Foram, então, aportadas ao pro-

cesso mensagens privadas trocadas entre autoridades responsáveis pelo caso. Entre as revelações, o desabrido e criminoso contido registrado entre acusação e magistrado contra os réus. Além disso, tratativas com autoridades estrangeiras foram realizadas ao longo dos canais formais, em flagrante desrespeito à lei, e dados e arquivos dos sistemas da Odebrecht foram manipulados sem qualquer cuidado, violando-se a integridade das provas e a cadeia de custódia.

Com isso, em fevereiro de 2022, a 2ª Turma do STF reconheceu que a prática de diversos atos instrutórios e decisórios de Curitiba foi tina da pela má-fé da incompetência e da parcialidade, inclusive quanto à recepção do próprio acordo de leniência da empresa. Os vícios impugnaram a invalidade das provas e vedaram o seu uso nos processos criminais de que delas se valiam.

Outros réus formularam pedidos similares, recebendo do STF comandos sucessivos similares. A partir desse quadro, o ministro Toffoli, já em setembro de 2023, acertadamente declarou impraticável o uso desses elementos de prova em todos os processos que deles se utilizaram, em fundamentada decisão que apontou novos abusos e a violação generalizada de diversos direitos fundamentais. Apesar de monocrítica, a corajosa decisão não inovou em nada, mas apenas reafirmou o que já estava consolidado no STF. É nessa toada de verificação de insistentes arbitrariedades cometidas pelas autoridades da Lava Jato que os pagamentos do acordo da Odebrecht foram cautelosamente suspensos. Note-se que a decisão não anula o acordo, apenas o suspende enquanto se apura eventuais excessos que possam comprometer o seu conteúdo.

A decisão do ministro é coerente, lógica e orientada por sólidos precedentes. Na prática, estende a mesma jurisprudência aquilo que já fora concedido aos réus pessoas físicas. Frangida acesso à empresa de materiais de prova da Operação Spoofing para que esta os utilize em sua defesa. É a suspensão das obrigações do acordo, enquanto se realiza essa análise, e consequência natural sob o ponto de vista cauteloso, especialmente diante do fato histórico de excessos até aqui apurados.

...

A decisão do ministro é coerente, lógica e orientada por sólidos precedentes. (...) A suspensão das obrigações do acordo, enquanto se realiza essa análise, é consequência natural sob o ponto de vista cauteloso, especialmente diante do fato histórico de excessos até aqui apurados

## Subtração internacional de crianças e questões de gênero

Faz-se necessário um debate interinstitucional, incluindo a sociedade civil

Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Inês Virginia Prado Soares

Desenvolvedor e presidente do TPIF, o coordenador nacional do Grupo de Estudos de Evidências da Rede de Apoio à Convenção da Haia de 1980  
Coordenadora em direito de desenvolvimento no TPIF, é juíza de evidência da 5ª Região para a Convenção da Haia de 1980

A mobilidade das pessoas entre países, a discussão sobre o bem-estar dos filhos na separação dos pais e a denúncia de violência doméstica e sua repressão na vida familiar, com afecção direta às crianças, já são temas difíceis quando considerados separadamente, mas assumem imensa complexidade quando analisados em conjunto.

Através — necessidade de migração, alegação de violência doméstica e ausência de consenso sobre a guarda das crianças — é evidenciada a maioria dos julgamentos baseados na Convenção de Haia de 1980, um documento internacional do qual o Brasil é signatário e que versa sobre aspectos civis da subtração internacional de crianças por um dos genitores sem autorização do outro. Esses processos discutem o retorno da criança ao país de residência habitual para que sejam resolvidas questões de guarda, visitas e pensão alimentícia. Como Toldado, signatária da convenção, o Brasil também pode acionar outros países para pedir a determinação judicial de volta da criança.

Por previsão constitucional, essas ações tramitam no Poder Judiciário em razão do interesse da União na solução do caso. Podem ser propostas tanto por advogados como pela Advocacia-Geral da União por

se tratarem de convenção internacional com a qual o Brasil se comprometeu a cumprir. A defesa do genitor que trouxe a criança, a depender da sua situação financeira, pode ser feita pela Defensoria Pública do Brasil.

No Brasil, o tema tem um viés de gênero, pois cerca de 85% dos casos de subtração de filhos são pelas mães que voltam do exterior sem a autorização do pai. Com a judicialização, não é possível uma discussão acurada sobre as razões do retorno irregular ou acerca das condições de vida no exterior, embora deva-se considerar a violência doméstica como exceção de retorno e ainda observar a indicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de aplicar

...

No Brasil, o tema tem um viés de gênero, pois cerca de 85% dos casos de subtração de filhos são pelas mães que voltam do exterior sem a autorização do pai

a técnica de julgamento sob a perspectiva de gênero.

A Convenção de Haia de 1980 já foi analisada pelas Cortes Regionais de Direitos Humanos, como a europeia e a interamericana, sendo considerada uma norma que viabiliza ou incrementa os direitos humanos. A partir do destaque da criança como sujeito internacional de direitos, as cortes regionais têm trazido para a arena de discussão a lente de gênero, sem descurar da proteção dos direitos de ambos os genitores.

O Brasil se comprometeu a observar a cooperação entre os povos. E o olhar regional assume relevo no cenário contemporâneo. A violência de gênero e vulnerabilidade parental, que se agudiza pela interseção gênero, raça e classe social, afetando em especial as mulheres, os refugiados e as comunidades culturalmente diferenciadas, e a fragilidade na cooperação regional para acolhimento, visam à permanência e outras formas de apoio ao genitor subtraído são preocupações comuns entre Estados latino-americanos.

Os desafios estão postos. Para tanto, faz-se necessário um debate interinstitucional com o superintendente de entidades públicas e privadas, mas também a participação da sociedade civil e de organizações internacionais de direitos humanos.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor contato@folha.com.br  
Cada artigo publicado nesta seção não representa a opinião da Folha. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.



GEF (Grupo Especializado de Fiscalização) do Ibama busca garimpo ilegal em Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Foto de Alana/Agência/Contraste

## Forças Armadas

"Exército estuda enviar 3.000 militares para Terra Indígena Yanomami de forma permanente" (Cotidiano, 5/2). As Forças Armadas já deveriam ter definido seu lugar de atuação nas regiões de fronteira muito tempo atrás. Qual é a justificativa para quartéis em centros urbanos tão próximos?

Luiz Paulo Barreto (Cabo Frio, RJ)

## Noção estereotipada

"Quer namorar comigo?" (Ana Cristina Rosa, 4/2). Excelente artigo. O atual presidente não é racista, porém, mais uma vez, foi infeliz em seus improvisos.

Marco Moreira (São Paulo, SP)

Para uma parte das pessoas, o Lula nunca erra. Ele erra, sim. E negar isso, estendendo-o de corrigir, é hipocrisia. Não só dentro da direita que tem erro, não. A esquerda está cheia de coisa errada e admitir é questão de bom senso.

Roberta Melissa Oliveira Sales (Badrina, SP)

## Atendimento

"Cliente é ameaçado por dono de padaria em Barueri (SP) por usar notebook" (Cotidiano, 4/2). O proprietário da padaria, se é que o dono, me parece absolutamente descontrolado, sem condição nenhuma de atender ao público. Deveria procurar tratamento psiquiátrico.

Carlos Eduardo Sales (Bertioga, SP)

Se faz isso com cliente, imagina o que não faz com funcionários...

Alexandre Rodrigues (São Paulo, SP)

Qualquer pessoa com um celular, iPad ou notebook deveria evitar frequentar esse local, cujos visos e mentalidade do proprietário são do século retrasado. Que loucral! Você sai para tomar um café com amigos e acaba ameaçado de morte! Punição para os policiais, que agiram como segurança privada, e parece ter havido crime de injúria e ameaça, além de dano moral.

Raquel Lucat (São Paulo, SP)

## Benefício revogado

"Revisão do CadÚnico tira 17 milhões de famílias unipessoais do Bolsa Família" (Mercado, 4/2). É preciso verificar quantas dessas famílias são constituídas por pessoas idosas maiores de 65 anos. Trabalhei mais de cinco anos com CadÚnico. Quando uma pessoa idosa não possui família ou, se tem, esta não tem condições de sustentá-la, a solução é registrá-la no CadÚnico como família unipessoal. Assim, com o Bolsa Família, ela pode comprar alimentos e remédios, sem depender da caridade de doadores para sobreviver.

Jonas Nunes dos Santos (Luz de Fora, MG)

## Envelhecimento

"Filhos são coisa do passado quando relações viram gestão estratégica" (Luiz Felipe Pondé, 4/2). Lúcido, oportuno e polêmico o artigo. A queda de natalidade e o envelhecimento da população são fenômenos do vertiginoso. Minha avó teve dezesseis filhos: minha mãe, dois; minha mulher, dois; minha filha, um e meu filho, nenhum. Saudades do risco da tal "explosão demográfica". Outros construíram um supermercado que a seção de frutas e legumes tinha o mesmo tamanho da destilada dos bebês.

Evandro Pagy (Rio de Janeiro, RJ)

## Procedimentos

"Mulher perde o lábio superior após fazer preenchimento com PMMA" (Equilíbrio, 5/2). As pessoas precisam se informar melhor antes de se submeterem a qualquer procedimento, necessário ou não. Nas últimas décadas, faculdades de medicina e odontologia e outras na área da saúde multiplicaram-se por todo o país. Resta saber se os alunos saem dessas escolas qualificados. Uma parente minha foi vítima de um erro médico em uma cirurgia comum, após fratura do quadril.

Marina Gutierrez (Sorocaba, SP)

Acho dispensável o julgamento moral a respeito dos procedimentos estéticos. Isso está mais para munges medievais das correndo sobre os sete pecados capitais. A vigilância dos órgãos responsáveis deve ser rígida. E tais procedimentos não devem ser baratos, porque a saúde é o bem maior que está em jogo e com isso não se pechincha. Que ela possa ficar bem.

Felipe Vasconcelos (Luz de Fora, MG)

A questão que fica é: por que esse produto não é proibido?

Clara Gonçalves (São João da Boa Vista, SP)

## Esclarecimento

"Fundos imobiliários devem valorizar até 40% em 2024, estimam analistas; saia investir" (Mercado, 4/2). Parabéns a Folha por esclarecer ao leitor as aplicações financeiras em investimentos imobiliários em fundos. Explicações em linguagem acessível e sem considerar que o investidor já conhece o assunto e entende os artigos e análises a respeito.

Ademir Vaz (São Paulo, SP)

## Literatura

"O que são livros eróticos de dark romance, com tortura, bullying e tesão por estupro" (Ilustrada, 5/2). Iluminar a violência e latitar em cima da barbárie são coisas a que sou exposto desde criança vendo TV em P&B. Mudaram as referências e a amplitude da cobertura apenas.

José Tarcísio Aguiar (Curitiba, PR)

É na ficção que os humanos soltam seus lobos para que na vida real os deixem enjaulados. Deixem a literatura em paz.

Hermes Moussalem (São Paulo, SP)

## Neologismo

"Rumo aos dicionários: as palavras criadas em diversas áreas" (Ruy Castro, 4/2). É uma sina: como as palavras são infelizes e redutoras dos fatos e das coisas, há uma incompletude atávica para atender as demandas do dia a dia. O que é fantástico. Sejam bem-vindas as neoplasmas!

Derey Giacomo Cirillo Silva (Curitiba, PR)

Pobres dicionaristas. Ou não, já que estamos dando trabalho para eles. A linguagem nunca se basta, tem uma ambição insaciável para alargar os significados do mundo, e as pessoas têm mania de os criar. Mas vocábulos também envelhecem, cem no ostracismo e chegam a vir a óbito, por vezes substituídos por alguns destes novos metáforas.

Dilmar Oliveira (São Paulo, SP)